

# Reformar o sistema político para credibilizar eleições e evitar conflitos

- Urge despartidarizar os órgãos de gestão e administração eleitoral;
- Moçambique já possui gente formada e capaz de gerir eleições de forma profissional;
- Deve haver incerteza nas eleições, e não vencedores nem vencidos antes mesmo de haver resultados - para tal, é necessário respeitar o que está previsto na lei;
- Sistemáticas revisões eleitorais, habitualmente feitas nas vésperas das eleições, também podem concorrer para gerar conflitos;
- Evitar conflitos também requer actuação profissional do judiciário e das Forças de Defesa e Segurança;
- Sociedade deve ter cada vez maior participação na observação eleitoral.

## 1- Nota introdutória

Quase todos os processos eleitorais, em Moçambique, têm sido marcados por tensão motivada por diferentes situações. Entre várias, pode-se destacar a desconfiança em relação aos órgãos eleitorais, bloqueios à observação eleitoral independente, entre outros que levam a conflitos eleitorais. Com efeito, como credibilizar os processos eleitorais e reduzir desconfianças e conflitualidade?

Este foi o ponto de partida de um debate realizado no dia 28 de Julho de 2023, pelo Consórcio Eleitoral “Mais Integridade”. O debate, na forma de webinar, teve como oradores Domingos do Rosário, Professor de Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane, e Paulo Cuinica, porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE), com a moderação de Guilherme Mbilana, especialista em contencioso eleitoral.

Além dos painelistas, o webinar da passada sexta-feira contou com a participação de perto de 100 pessoas, algumas das quais tiveram oportunidade de intervir no debate, tendo convergido na necessidade de Moçambique realizar eleições à luz de boas práticas internacionais que garantam transparência e integridade dos processos, de modo que não sejam momentos de conflitos, mas de consolidação democrática.

Este Policy Brief resume as principais constatações e recomendações daquele que foi o segundo de uma série de webinários programados para discutir questões relevantes atinentes às VI eleições autárquicas, cuja votação terá lugar no dia 11 de Outubro próximo, nos 65 municípios e vilas autárquicas do país.

## 2 - Os principais incidentes e suas implicações

O webinar da semana passada destacou a necessidade de se reformar o sistema político moçambicano como a saída mais viável para credibilizar eleições e evitar conflitos. O que sucede é que, desde o Acordo Geral de Paz de 1992, Moçambique passou a ser refém dos dois maiores partidos políticos, a Frelimo e a Renamo. Assim, todo o debate sobre os grandes assuntos nacionais, incluindo as eleições, é circunscrito apenas a estes partidos que dominam o Parlamento moçambicano, deixando a sociedade moçambicana à margem.

No caso das eleições, o actual sistema político manifesta-se de uma forma particularmente atípica: além de os órgãos eleitorais serem partidários e não profissionais, os partidos até têm, dentro do órgão, sua própria sociedade civil, o que

condiciona toda a cadeia de tomada de decisões nos órgãos porque, na verdade, cada um dos membros responde a um comando político-partidário.

Por isso, o webinar enfatizou que, por mais que se discuta e se faça sobre as eleições moçambicanas, enquanto o sistema político ignorar os cidadãos e circunscrever-se apenas nos acordos entre as elites da Frelimo e da Renamo, será difícil credibilizar as eleições e evitar conflitos porquanto o maior interesse dos partidos políticos nos órgãos eleitorais é garantir a sua manutenção ou conquista de poder, mesmo que ignorem normas internacionais que regem eleições transparentes.

No debate, ficou assente que Moçambique de hoje é diferente de Moçambique de 1994, quando havia poucos profissionais abalizados na área das eleições. Pelo contrário, actualmente, o país dispõe de um naipe de profissionais que, de forma independente, podem dar o seu saber na gestão das eleições, o que passa por profissionalizar os órgãos de administração eleitoral, incluindo os mecanismos de admissão, que devem deixar de ser político-partidários, através de cooptação, para serem por concurso público baseado no perfil e experiência profissional e mais transparentes.

Só estas reformas podem garantir um dos pressupostos basilares na realização de eleições, em democracias, que é a chamada incerteza quanto ao resultado de eleições, ou seja, sem vencedores nem vencidos à partida, o que também é crucial para evitar conflitos, sobretudo numa sociedade historicamente fragmentada como Moçambique.

No evento, também ficou assente que as frequentes revisões da legislação eleitoral, regra geral nas vésperas das eleições, têm, igualmente, o potencial de propiciar conflitos. Trata-se de uma situação que nem sequer permite a socialização das leis pelos actores envolvidos, o que é ainda mais complicado para um contexto moçambicano em que cada eleição tem, praticamente, sua própria lei. Aliás, aqui, foi defendida a necessidade de Moçambique harmonizar as leis eleitorais, criando um código eleitoral único.

Também foi referido que, contrariamente ao que muitas vezes parece, os conflitos eleitorais não resultam apenas do dia da votação. Pelo contrário, eles são preparados com antecedência, desde as primeiras fases do ciclo eleitoral. Foi dado o exemplo do recenseamento eleitoral, que decorreu de 20 de Abril a 3 de Junho deste ano, que foi marcado por graves irregularidades,

que incluíram recenseamentos ilegais e clandestinos, alguns à calada da noite, entre outros fenómenos que, além de conflitos e falta de credibilidade, podem levar a um forte desinteresse pelo processo eleitoral.

Sem interesse pelas eleições, os cidadãos apenas passam a se recensear não para participar de eleições, mas por ver nisso uma oportunidade para ter um cartão de eleitor que lhes possibilita fazer tudo o que um Bilhete de Identidade lhes permite.

As mudanças necessárias para credibilizar as eleições implicam, igualmente, reformas à legislação eleitoral que, ao invés de servir apenas interesses da Frelimo e da Renamo, deve ser republicana para servir a sociedade no geral. Só assim é que se pode garantir integridade, transparência e incerteza das eleições. Por sua vez, isto permite que os cidadãos sejam, efectivamente, governados por quem escolhem através do seu voto, por ter apresentado a melhor proposta, o que é a essência de uma democracia.

O webinar da semana passada também anotou que credibilizar eleições e evitar conflitos não é apenas papel dos órgãos de gestão eleitoral, mas de todos os actores envolvidos nestes processos e a sociedade, no geral, de modo que a questão dos conflitos eleitorais tanto pode estar do lado da legislação, como pode estar da parte dos órgãos eleitorais e, ainda, do lado dos demais intervenientes.

Com efeito, credibilizar eleições e evitar conflitos passa por haver, por exemplo, celeridade do judiciário no tratamento dos processos por forma que os outros intervenientes tenham resposta dentro dos prazos estabelecidos ou por se realizarem campanhas eleitorais mais abertas e sem violência, quer pelos participantes, como pelas Forças de Defesa e Segurança.

Igualmente, foi destacado o papel da observação eleitoral, principalmente a doméstica, que tem papel extremamente importante na garantia da integridade dos processos eleitorais, tendo sido apelados todos os interessados a se inscreverem, desde já, para a observação das eleições deste ano. A sociedade, no seu todo, deve estar atenta e escrutinar os processos eleitorais, o que também passa por ter domínio da legislação que rege as eleições no país.

### 3 - Recomendações

- Evitar-se que o debate sobre eleições continue refém da Frelimo e da Renamo;
- Profissionalizar-se os órgãos de gestão e administração eleitoral, alterando a sua composição de partidária para profissional;
- Evitar-se sistemáticas alterações da legislação eleitoral, sobretudo nas vésperas das eleições;
- Reunir-se e sistematizar-se, num único código eleitoral, as diferentes leis que regulam os processos eleitorais;
- Ter-se maior domínio da legislação, normas e procedimentos que orientam a realização de eleições, por todos actores, incluindo partidos políticos e a sociedade no geral;
- Profissionalizar-se a actuação do judiciário e das Forças de Defesa e Segurança;
- Ter-se cada vez mais participação da sociedade na observação eleitoral.

Constituído em 2022, o Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” tem como objectivo contribuir para a transparência e integridade do ciclo eleitoral 2023-2024, avaliando, de forma objectiva e isenta, o seu desenrolar, produzindo informação e análise públicas e credíveis sobre as várias fases do processo, incentivando o nível e a qualidade de participação dos cidadãos e contribuindo para a redução das tensões eleitorais.

O Consórcio está a observar, nas 65 autarquias do país, todos os actos do processo eleitoral de 2023, desde o recenseamento até à campanha, votação, apuramento e à promulgação dos resultados pelo Conselho Constitucional. O Consórcio é composto pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, Centro de Integridade Pública (CIP), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Solidariedade Moçambique (SoldMoz), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Capítulo Moçambicano do Instituto para Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique) e Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

#### Membros:



Para mais informação sobre o Consórcio, contacte-nos através de:

Rua Fernão Melo e Castro, nr. 124 | Bairro da Sommerschild, Maputo, CP 3266 | E-mail: [cip@cipmoz.org](mailto:cip@cipmoz.org) | Tel: +258 21499916  
**Contacto Directo:** Edson Cortez | E-mail: [edson.cortez@cipmoz.org](mailto:edson.cortez@cipmoz.org) e [edcortez@gmail.com](mailto:edcortez@gmail.com) | tel:+258849551701